

P@X boletim online

JOVENS, MARGINALIZAÇÃO E VIOLÊNCIA

SUMÁRIO:

Editorial	1
<i>Katia Cardoso e Sílvia Roque</i>	
Teoria da P@X	2-4
"Como lidam as sociedades agrárias africanas com o potencial de violência dos seus jovens? Algumas considerações."	
<i>Ulrich Schiefer</i>	
Observatório das P@xes	5-6
Estudos da P@x	
"Cabo Verde: juventude e guerra ao crime"	
<i>Lorenzo Bordonaro</i>	7-9
"Armas ligeiras: um problema da Guiné-Bissau?"	
<i>Ana Leão</i>	10-13
Sotão do NEP	14-16
Publicações	
Actividades	

P@X

Coordenação NEP/CES:
Maria Raquel Freire e Tatiana Moura

Número temático organizado por:
Katia Cardoso e Sílvia Roque

Coordenação do Boletim P@X:
Rita Santos e Sofia Santos

Edição, tradução e revisão:
Rita Santos e Marta Peça

Núcleo de Estudos para a Paz
Centro de Estudos Sociais da Faculdade de
Economia da Universidade de Coimbra
Colégio S. Jerónimo, Apartado 3087
3001-401 Coimbra
Portugal
Tel: + 351 239 855593
Fax: + 351 239 855589
<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep>
nep@ces.uc.pt

Editorial

A violência urbana juvenil é muitas vezes vista como um fenómeno espontâneo resultante da pobreza ou mera expressão da instrumentalização criminal e política. Ao contrário da guerra, é difícil identificar concretamente os objectivos e as condições da sua organização. No entanto, em muitos contextos, a paz também passa por projectos políticos violentos baseados no controlo das sociedades e concretamente no controlo do potencial de violência dos jovens, sobretudo homens.

Em contextos distintos como Bissau (Guiné Bissau) e Cidade da Praia (Cabo Verde) encontramos, em diferentes escalas, traços de uma paz baseada na desigualdade, na submissão e na não democratização das relações de poder e dos recursos. Grande parte dos jovens enfrenta a marginalização e exclusão social, o desemprego e a falta de acesso à educação de qualidade, bem como aos processos de decisão política.

Em lugar de acentuar os processos de criminalização destes jovens pobres de países periféricos, para os quais L. Bordonaro nos chama a atenção, é necessário analisar as formas de violência e controlo a que estão e de que são sujeitos e como estas determinam reacções violentas ou não de reivindicação de outros estatutos. Importa, por conseguinte, superar a perspectiva dominante que estigmatiza esses jovens considerando-os ameaças: candidatos à emigração, agitadores e criminosos, consumidores e vendedores de droga ou prostitutas e portadores de HIV/SIDA.

Se é verdade que algumas sociedades conseguem ainda evitar a formação de gangs através de processos sociais próprios e alheios ao Estado – como ilustra o texto de U. Schiefer –, outras estão mais influenciadas por modelos de consumo globalizados que, perante desigualdades sociais crescentes,

propiciam o surgimento de formas embrionárias de organização e expressão violentas, como tem vindo a acontecer na Cidade da Praia. No entanto, não há sociedades estáticas. Fruto da urbanização, da individualização, das mudanças nas relações familiares e de proximidade, das migrações, muitas vezes frustradas, da proliferação da internet, do acesso a modos de vida distintos através da música e televisão, os jovens africanos, tal como as sociedades, em geral, têm aspirações semelhantes aos jovens de todo o mundo. A par da adopção de estilos de vida, de desejos e hábitos de consumo globalizados, factores como a disponibilidade de armas ligeiras – tema tratado no texto da A. Leão – e a existência de mercados ilegais de droga, podem, no entanto, vir a funcionar como facilitadores de uma socialização cada vez mais violenta.

Katia Cardoso/ Sílvia Roque

Teoria da P@X

Como lidam as sociedades agrárias africanas com o potencial de violência dos seus jovens? Algumas considerações

Em África, tal como noutras partes do mundo, os fracassos das sociedades na gestão do potencial de violência dos seus jovens, atraem normalmente, mais atenção do que os seus sucessos.

O potencial de violência dos homens jovens (sendo a violência cometida por mulheres extremamente rara) é uma condição, bem como, uma consequência, do colapso societal. A capacidade de auto-organização de jovens fora de controlo que remonta e tem origem nas sociedades de caçadores-colectores manifesta-se numa forma quasi-universal de organização conhecida como o gang juvenil predatório. Estes gangs podem ser mobilizados e utilizados por facções da elite no poder, aumentando, assim, o potencial destrutivo que, cada vez mais sociedades, não conseguem controlar.

As sociedades modernas africanas, apesar de bastante urbanizadas, são, ainda, fortemente influenciadas pelas sociedades agrárias. Logo, é útil um olhar mais atento em relação ao modo tradicional de lidar com o potencial de violência dos cadetes.

A configuração de base das sociedades agrárias é étnica; quer as sociedades centralizadas quer as sociedades acéfalas organizam os seus jovens e os seus homens em classes de idade. A transição de uma classe para outra é marcada por ritos de passagem. A variedade destes sistemas é tão abrangente quanto a dos grupos étnicos, com diferentes classes de idade, diferentes ritos de passagem e diferentes formas de organização interna.

Algumas características básicas são, no entanto, comuns: são inclusivos, ou seja, todos, à excepção dos poucos que morrem, passam por estes rituais, desta forma, não

excluem indivíduos nem produzem perdedores. Como todos os indivíduos passam por todos os grupos de idade, não existe, pelo menos nos grupos acéfalos, discriminação que seja considerada injusta, uma vez que todos ganharão, eventualmente, o respeito e os privilégios associados ao estatuto dos mais velhos.

Antes de chegar a um grupo de idade com potencial para a violência, os mais jovens já passaram pela infância onde, mesmo antes de começarem a andar, aprenderam a partilhar e a respeitar os mais velhos.

A partilha e o respeito são valores básicos na infância, que constituem os valores fundamentais da solidariedade. À medida que as crianças vão crescendo vão assumindo cada vez mais responsabilidade, uma qualidade que as distingue dos adultos. Na infância, o seu horizonte de expectativas encontra-se circunscrito aos limites da aldeia e da linhagem. Conforme vão crescendo, é fomentado nas crianças um sentimento claro de pertença, através da linguagem e da cultura.

Em muitos aspectos as crianças e os jovens gozam de uma ampla liberdade, assim ninguém se sente socialmente excluído. Eles são livres de se juntarem de passearem com os seus amigos, em busca de comida e de aventura. O controlo social é aplicado através da presença dos seus pares, da família e dos anciãos. O controlo espiritual é exercido, não apenas através de configurações intrapsíquicas, mas também, através de entidades espirituais externas, que se encontram, muitas vezes, relacionadas com o reino dos antepassados.

Em cada classe de idade, as crianças e os jovens ganham direitos e aumentam o seu conhecimento e as suas obrigações. A passagem de um grupo de idade para outro é

Teoria da P@X

extremamente ritualizada. O estatuto é demonstrado através do vestuário, do penteado, do comportamento e de códigos secretos de expressão corporal. Nos principais ritos de passagem, cruzam-se as dimensões constituintes da existência étnica das sociedades com as linhas essenciais de poder. O poder e a autoridade, (no caso das sociedades acéfalas) – interna e externa – normalmente são exercidos de forma encoberta. Este exercício está ligado à afirmação do direito de acesso e de controlo étnico sobre os recursos naturais, incluindo a terra, as florestas, a água, a flora e a fauna. Todos os recursos são guardados por espíritos e, só com o seu consentimento, os humanos podem explorá-los – mas há sempre um preço a pagar, normalmente sob a forma de sacrifícios rituais que variam, entre pequenas oferendas e animais ou, até, humanos.



Jovens guineenses, Bissau, 2008.

As rivalidades e alianças intra e inter-étnicas são confirmadas, tal como a relação com outros grupos de poder e instituições, como as estruturas do Estado. A organização militar étnica, extremamente secreta, é estabelecida e os guardiões têm um papel equivalente ao dos oficiais. Nas sociedades centralizadas, é confirmado o poder dos governantes; nas sociedades acéfalas, são reforçados os mecanismos para evitar o estabelecimento de estruturas de poder. A relação entre os sexos é (re)definida, os direitos de enterro são confirmados. Tudo se alicerça na compreensão do mundo espiritual. Assim, a essência da existência humana, do poder, da fertilidade e do bem-estar da sociedade

dependem de um mundo habitado pelos espíritos. A existência de forças espirituais externas que influenciam e condicionam as sociedades, os grupos e as pessoas é um dado adquirido, um *fait social*. A existência humana, a saúde e o bem-estar individual e colectivo dependem da capacidade de estabelecer e manter relações com estas forças. Para os jovens que passam por estes ritos, que não se reduzem à circuncisão, embora muitas vezes esta esteja incluída, estes rituais são a mais profunda experiência das suas vidas. Em cenários extremamente elaborados, escondidos na floresta, experienciam um forte processo de união com os seus companheiros, produzindo-se a relação social mais importante e duradoura das suas vidas, que predomina sobre todas as outras relações, e que nalguns casos se sobrepõe até aos seus laços familiares mais próximos. Durante este processo, os jovens sofrem privações muito severas, são submetidos a uma disciplina militar rígida pelos seus oficiais e são expostos à crueldade e à dor. Mesmo as pequenas infracções são duramente punidas, as falhas individuais podem provocar castigos colectivos violentos.

Experimentam, também, o medo do sobrenatural no seu contacto inicial com o mundo espiritual, incluindo a perda de alguns dos seus companheiros, cuja morte é atribuída à ira dos espíritos. São expostos à fome, ao isolamento, à falta de conforto e da companhia das suas famílias. Ao mesmo tempo, aprendem as tradições do seu grupo: danças, canções, história do grupo e as suas comunicações secretas, sejam estas através da expressão física ou da comunicação de longa distância, através de tambores. Aprendem, ainda, como relacionar-se com os espíritos, muitas vezes, entrando em estados mentais que são percebidos como uma condição para comunicar com os mesmos – por vezes potenciados pelo uso de drogas. Aprendem a estabelecer contratos com os espíritos para que estes os protejam dos muitos perigos da vida, incluindo como obter amuletos contra balas, contra canhões,

Teoria da P@x

granadas ou bombas. Adquirem uma profunda compreensão da diferença entre o sagrado e o profano e entre o puro e o impuro. Estas protecções mágicas não funcionam, no entanto. Nos seus exercícios, os jovens são colocados em oposição espiritual a grupos rivais, muitas vezes, raparigas que atravessam experiências similares mas que se encontram espacial e socialmente separadas. Estes jovens aprendem igualmente, a manter segredos e sabem que a violação destas regras é punida com a morte.

Durante os ritos, os guardiões identificam, entre os jovens, talentos espirituais e de liderança. Destes candidatos, são seleccionados os futuros líderes militares. O candidato ideal é o guerreiro forte e corajoso, social e espiritualmente bem relacionado, perito em técnicas de luta e capaz de participar nas lutas, sejam elas defensivas ou ofensivas. Depois de passar pela privação dos treinos, são recebidos como heróis nas suas aldeias, o que implica consideráveis esforços económicos das famílias para celebrar o seu novo estatuto. Os candidatos pertencentes a linhagens respeitáveis (sejam matrilineares ou patrilineares) e com capacidades espirituais extraordinárias são seleccionados para ritos futuros, que são tão secretos que nem os outros iniciados suspeitam da sua existência. Estes ritos consistem na entrada nas chamadas “sociedades secretas”, que detêm um enorme poder e influência e nas quais são tomadas decisões de largo alcance. Estas sociedades secretas transcendem muitas vezes, os limites dos grupos étnicos e , constituem importantes ligações nas alianças inter-étnicas, as quais podem desempenhar um papel fundamental na manutenção da paz ou na mobilização para a guerra.

Mesmo depois de terminar a iniciação e a formação, os cadetes continuam sujeitos a uma forte liderança. São organizadas competições de dança ou de luta, regulamentadas e ritualizadas, contra outros grupos, que frequentemente requerem longas

caminhadas até ao local onde terão lugar. Os vários grupos organizam raides nos territórios dos vizinhos para roubar gado ou bens. Estes raides podem facilmente transformar-se em confrontos violentos com os proprietários e com os seus vizinhos e frequentemente levam a ferimentos e até à morte, quando são usadas armas de fogo, o que acontece cada vez mais. Em todos estes exercícios, os cadetes são normalmente acompanhados pelos guardiões e pelos seus espíritos protectores, individuais e colectivos.

A ornamentação corporal rica, que vai desde pinturas corporais elaboradas até cortes de cabelo sofisticados, de roupa especial a adornos de corpo, bem como, os ritmos dos tambores e os seus cânticos, constituem sinais para os seus companheiros espirituais invisíveis, assim como, para os seus amigos, competidores e inimigos.

Os concursos entre grupos rivais, seja no desporto, na música, nas danças ou nas lutas, são levados a cabo como exercícios espirituais – o poder militar e político de um grupo é entendido como uma mera projecção dos poderes espirituais. Para os jovens guerreiros, os jogos e os raides são oportunidades para manter o treino e provar o seu valor. Os duelos entre guerreiros individuais são frequentes e ritualizados. Quando um guerreiro sofre de um “surto de heroísmo”, é o suficiente para atirar pedras para o espaço de outro jovem guerreiro – isto resulta imediatamente numa briga em que os adversários lutam com paus. A proeza na luta, tal como o talento nas artes performativas, é considerada um caminho seguro para a fama – o que aumenta o sucesso junto do sexo oposto.

Ulrich Schiefer

schiefer@iscte.pt

Ulrich Schiefer é sociólogo e antropólogo. Professor e investigador do ISCTE-IUL e da Universidade de Münster.

Observatório das P@xes

Recursos sobre Jovens, Marginalização e Violência em África

Chigunta, Francis (2002), *The socio-economic situation of youth in Africa: problems, prospects and options*, Draft July 12.

<http://www.yesweb.org/gkr/res/bg.africa.reg.doc>

Peters, Krijn; Richards, Paul; Vlassenroot, Koen (2003), *What Happens to Youth During and After Wars? A Preliminary Review of Literature on Africa and an Assessment of the Debate*, *RAWOO Working Paper*, October 2003.

http://www.nabuur.com/files/attach/2008/07/task/doc_4454738e0367b.pdf

Glaser, Clive (2000), *Bo-tsotsi: the youth gangs of Soweto, 1935-1976*. *Social History of Africa*. Series Editors: Allen Isaacman and Jean Allman. James Currey Ltd: Oxford. David Philip Publishers: Cape Town.

Olawale Ismail (2009), “The Dialectic of ‘Junctions’ and ‘Bases’: Youth, ‘Securo-Commerce’ and the Crises of Order in Downtown Lagos”, *Security Dialogue*, Vol. 40, No. 4-5, 463-487.

<http://sdi.sagepub.com/cgi/content/abstract/40/4-5/463>

UNDP (2006), “Youth and Violent Conflict, Society and Development in Crisis?”

http://www.undp.org/cpr/whats_new/UNDP_Youth_P_N.pdf

Roque, Sílvia; Cardoso, Katia (2008), “Por que razões os jovens se mobilizam... ou não? Jovens e violência em Bissau e na Praia”.

http://www.codesria.org/Links/conferences/general_assembly12/papers/silvia_roque_cardoso.pdf

Fazedores de P@xes

Perguntámos a três associações juvenis na Guiné-Bissau e em Cabo Verde quais os principais problemas que afectam os jovens nos seus países, qual o tipo de violência que consideram mais preocupante e o que fazem as associações no sentido de ajudar a resolver esses problemas.

Associação Juvenil Black Panthers (AJBP) – Cabo Verde

<http://www.ajblackpanthers.com/objectivos.php>

A AJBP é uma Associação comunitária que desenvolve actividades de cariz social junto das crianças, jovens e adultos carenciados do bairro da Várzea. Para além da vertente social, a AJBP dá uma atenção especial à cultura e ao desporto, através da participação na Primeira Divisão do Futebol da Ilha de Santiago e da criação do Grupo de Dança *Fidjos de África*.

Para esta associação o problema central para os jovens em Cabo Verde é o desemprego, o qual está na origem de muitos outros, como o alcoolismo, o consumo de droga, a prostituição ou a prática de vandalismo. Consideram que a violência doméstica, principalmente violência contra as mulheres, é a o tipo de violência mais preocupante, principalmente na Cidade da Praia. No entanto, apesar de as mulheres serem ainda vistas como um objecto pertencente ao homem, esta percepção,

que serve como desculpa para a violência, está a sofrer alterações de alguns tempos para cá.

Para contribuir para a diminuição e prevenção da violência procuram ajudar os jovens a resolver os problemas que os afectam, através de acções de formação que pretendem qualificar os jovens, ajudando-os a entrar no mercado de trabalho. Mas além do trabalho, também procuram oferecer aos jovens alternativas de lazer e enriquecimento através de actividades culturais, desportivas, seminários. Além disso, têm um centro de apoio a toxicodependentes e pessoas infectadas com VIH/SIDA.

Espaço Aberto Safende (EAS) – Cabo Verde

<http://espacoabertosafende.blogspot.com/>

O EAS foi inaugurado a 23 de Fevereiro de 2008, numa parceria entre a Associação Zé Moniz, a Comunidade de Sant'Egídio, o ICCA e a Câmara Municipal da Praia, apadrinhado pelo artista Tcheka. Desde então tem desenvolvido actividades em prol da inserção das crianças, adolescentes e jovens do bairro de Safende.

Sabendo que os jovens em Cabo Verde, como em vários países, com características semelhantes, são afectados por vários problemas em simultâneo, esta associação alerta para a necessidade de uma abordagem complexa à resolução dos mesmos. Segundo o EAS, o problema central dos jovens em Cabo Verde é a falta de uma referência sólida a seguir, seja no âmbito familiar como no da sociedade em geral, a par de uma pobre cultura de auto-responsabilização. Além disso, o abandono escolar precoce, o alcoolismo, o uso e abuso das drogas e o desemprego acabam por conduzir e justificar em parte comportamentos violentos.

Apesar de não considerarem que existem violências mais relevantes do que outras, aquela que mais os preocupa, actualmente, é a violência praticada por grupos informais, mas bastante coesos, de jovens que têm surgido, compostos por adolescentes dos bairros e que levam os jovens e outras pessoas a não poderem circular livremente, muitas vezes dentro do próprio bairro. Consideram também preocupante a violência contra as pessoas que sofrem de perturbações mentais. Este é um fenómeno que, em geral, é alheio às preocupações da sociedade, o que leva a que pessoas com pequenas perturbações transitem para condições de completa perda de dignidade.

O EAS pretende ser uma parte da solução desses problemas. O seu foco está nas crianças, nos adolescentes e jovens. Ser um espaço aberto a receber pessoas que pretendam dialogar, conviver, ler jornais ou revistas, pesquisar na Internet, desenhar, pintar e ser escutado são opções simples e igualmente importantes. O EAS já organizou actividades de ocupação de tempos livres tais como visitas institucionais para crianças, palestras comemorativas, esforços na criação de formações profissionais. A construção de um centro comunitário próprio, cuja primeira pedra já foi lançada, concorre para dar melhores condições de actuação do EAS.

Juventude da Associação de Mulheres do Bairro de Belém (JAMBA) – Guiné-Bissau

A JAMBA surgiu a partir da Associação das Mulheres do Bairro de Belém (AMBA), fundada em 2002, com o objectivo de criar uma cultura de solidariedade, cooperação e associativismo entre as mulheres e jovens mulheres do bairro de Belém em Bissau.

Segundo a JAMBA, na Guiné-Bissau, os problemas dos jovens têm uma origem fundamental: a falta de formação e de emprego. A grande maioria dos jovens que termina a 11ª classe não tem dinheiro para seguir para a universidade, e mesmo um curso superior não é garantia de emprego. Consideram que uma das razões para o desemprego é a falta de indústrias na Guiné-Bissau, o que leva a que as únicas fontes de emprego sejam a função pública e nas ONG.

Para a JAMBA a violência doméstica é muito preocupante na Guiné-Bissau. Isto devido à existência de muitos preconceitos e de uma mentalidade machista: os homens pensam que mandam e que as mulheres são propriedade deles. Mas também preocupa a JAMBA, a prática da excisão feminina. Apesar de muitos argumentarem que se deve manter, uma vez que é a tradição, existem consequências, principalmente na saúde das meninas, que, para a JAMBA, devem ser tidas em conta.

Desde a sua fundação, a JAMBA tem como principais objectivos a promoção económica das mulheres e o combate às práticas que considera nefastas, como a violência doméstica, o casamento forçado ou a excisão feminina. Tem levado a cabo projectos de geração de rendimentos e formação mas também de sensibilização para a prevenção da violência. Quando não há dinheiro para projectos não deixam de trabalhar porque para a JAMBA associativismo é voluntariado. Realizam debates com os habitantes do bairro sobre assuntos relacionados não só com o tema da violência mas sobre os desafios que enfrenta a sociedade guineense de modo geral.

Cabo Verde: juventude e guerra ao crime

Desde 1990, Cabo Verde sofreu transformações profundas ao nível económico e político que se traduziram no aumento da disparidade de rendimentos e na polarização entre classes sociais. Apesar de a classe média ter crescido consideravelmente nos últimos anos, um estrato da população continua a viver em condições de pobreza extrema. As duas últimas décadas também testemunharam o aumento significativo da população urbana (Mindelo e Praia), na sua maioria produto de migrações internas. Apesar de 70% da população pobre do país residir em zonas rurais, é no espaço urbano que a pobreza é mais extrema. A evolução das estruturas urbanas na Praia e no Mindelo reflectem a polarização social da população. As classes média e alta ocupam as partes mais antigas da cidade e áreas planeadas urbanisticamente, de construção recente, enquanto que florescem bairros espontâneos, sem qualquer tipo de planeamento urbano, em territórios pouco valiosos. É nestas áreas urbanas que grande parte das questões sociais associadas à infância e juventude se têm tornado extremamente visíveis na última década. Identificadas ambigualmente como “em risco” ou “de risco”, crianças e jovens destes bairros são crescentemente alvo de políticas governamentais, de intervenções de agências de segurança social, forças policiais e do sistema penitenciário.

Pânico do crime em Cabo Verde

Desde 2000, o crime tornou-se uma questão central no debate público em Cabo Verde. sociedade cabo-verdiana.

De acordo com dados policiais, nos últimos anos a criminalidade menor tem aumentado significativamente, sobretudo a actividade dos carteiristas e assaltos a casas e lojas. Alguns casos letais, poucos, abalaram a pacífica O nascimento de pequenos *gangs* na periferia da Praia, associados a bairros específicos e envolvidos em guerras com gangs de zonas rivais, foi particularmente chocante. Os *thugs*, designação pela qual são conhecidos os membros dos pequenos gangs em Cabo Verde, tornaram-se os *folk-devils* da sociedade cabo-verdiana, contribuindo para a estigmatização e criminalização da juventude em geral e do crescimento da cultura *hip-hop* nos subúrbios da cidade da Praia.



Jovens de rua no Mindelo, São Vicente, Verão de 2007.

A imprensa nacional e a televisão cabo-verdiana desempenharam um papel fundamental na promoção do pânico moral e das percepções de insegurança. Desde 2000, vários artigos e reportagens anunciaram o crescimento de uma ‘onda de crime’ nacional, os quais davam conta do envolvimento crescente de jovens da periferia das principais cidades e da incapacidade da polícia em dar resposta a esta ameaça.

Várias zonas das cidades do Mindelo e Praia são actualmente consideradas perigosas. Bancos, restaurantes, instituições públicas, empresas e ministérios começaram a empregar seguranças privados, enquanto que nas zonas de classe média e alta das principais cidades cercas eléctricas, arame farpado e câmaras CCTV têm vindo a emergir.

Tolerância zero e aumento da população prisional

O governo cabo-verdiano, em resposta às acusações de incompetência feitas pelos partidos de oposição e pela imprensa, adoptou uma abordagem repressiva face à criminalidade juvenil, controlando e cercando áreas públicas e os subúrbios das principais cidades. O ano de 2006 representou um ponto de viragem, quando o Ministro dos Assuntos Internos, Júlio Correia, decretou “Carga!” contra o crime (*A Semana*, 14 de Abril 2006). As forças policiais foram aumentadas e reorganizadas; foram assinados acordos de cooperação e parceria com forças policiais europeias; e, por fim, foram criadas unidades especiais de polícia – os piquetes – cuja função é patrulhar as zonas urbanas dia e noite e, assim,

**Estudos sobre
a P@X**

restabelecer a ordem e a segurança. Além disso, a polícia militar foi chamada a intervir na cidade da Praia.

Como é notório no gráfico 1, esta abordagem levou ao aumento maciço da população prisional tendo esta, de acordo com a minha pesquisa nos arquivos prisionais, dobrado nos últimos 10 anos aproximadamente 200 reclusos por 100 mil habitantes, a taxa mais elevada da África Ocidental ([World Prison Population List, 2008]).

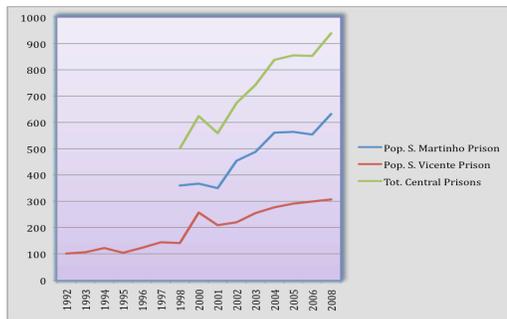


Gráfico 1 – Aumento da população prisional (dados dos estabelecimentos prisionais centrais)

A prisão de São Martinho, na cidade da Praia, foi planeada originalmente para 250 reclusos. Actualmente, contudo, acolhe mais de 630 reclusos em condições desumanas. São frequentes violações de direitos humanos, que raramente levam a qualquer tipo de acção disciplinar. Em virtude disso, está a ser construída uma nova prisão, com capacidade para 600 reclusos. A população prisional no país é extremamente jovem (cerca de 50% desta é menor de 18 anos), em grande medida devido ao facto de a idade penal se situar nos 16 anos. Contudo, não existem alas especiais para estes reclusos, partilhando, os menores, celas com os reclusos mais velhos. Não existe qualquer tipo de programa de reintegração social e a taxa de reincidência é extremamente elevada.

Em consonância com esta tendência repressiva, foi aprovado em 2006 um decreto-lei (2/2006 de 27 de Novembro), encorajando a criação de instituições especiais para o internamento e reclusão de crianças entre os 12 e os 16 anos em situações de conflito com a lei. O decreto de lei estabeleceu as funções, estrutura e organização destas instituições (designados por centros sócio-educativos). O preâmbulo do decreto resume a abordagem marcadamente repressiva ao crime juvenil:

“E num tempo em que, forçoso é reconhecê-lo, não raro a violação das normas penais por parte dos menores dessa faixa etária não tem a sua etiologia em situações de debilidade económica, nem de desamparo familiar, mas sim de uma determinação firme de confronto com a lei e com plena consciência de um resultado socialmente danoso que advém de tal confronto e que, não obstante, se mantém o pretendido.”

Apesar de o decreto-lei ter sido aprovado enquanto legislação de emergência para fazer face ao sentimento público disseminado e exagerado de impunidade, nunca entrou efectivamente em vigor. Em 2007, depois da sua publicação, apenas um centro sócio-educativo foi aberto. Todavia o *Centro Orlando Pantera* nunca recebeu crianças/jovens, tendo, à data de Novembro de 2008, sido praticamente abandonado.



Um dos pátios da nova prisão actualmente em construção em São Martinho, Praia, ilha de Santiago, Novembro de 2008.

Política local, segurança internacional

Existem vários aspectos a ter em consideração na análise da viragem repressiva na justiça juvenil em Cabo Verde. Em primeiro lugar, num momento de transformações rápidas e de polarização de classes, o crime juvenil tornou-se uma questão simbólica, passando os jovens delinquentes a ser os bodes expiatórios para questões morais muitas vezes não verbalizadas acerca da transformação cultural e social e para o crescente *gap* geracional. A ansiedade crescente em torno de questões de segurança pública também está ligada pragmaticamente ao interesse do governo cabo-

Estudos sobre a P@X

-verdiano em atrair investidores nos sectores do turismo e imobiliária.

Outro aspecto deve ser tido em consideração, todavia. Desde que o Cabo Verde se tornou um dos pontos de trânsito para o tráfico de cocaína e emigração ilegal com origens na África Ocidental, questões de segurança interna convergiram com assuntos de segurança internacional, desafiando a forma como são percebidos os interesses e poderes comuns dos Estados. Como foi sublinhado, as questões de segurança têm contribuído para a criação de um novo estilo de políticas e, porventura, um novo regime na cena internacional. De acordo com os meus dados, a 'guerra ao crime' em Cabo Verde tem sido financiada, maioritariamente, por doadores internacionais (sobretudo europeus). Em 2004, por exemplo, num esforço para 'reforçar o compromisso para com a luta contra o terrorismo', o governo cabo-verdiano assinou um acordo com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime, visando implementar um programa destinado a melhorar a capacidade de luta contra o crime e tráfico de drogas. Segundo o acordo, o Governo cabo-verdiano recebeu 8 milhões de dólares (600 milhões de escudos cabo-verdianos). Parcerias especiais com as polícias europeias especializadas no controlo fronteiriço e combate ao tráfico de droga permitiram igualmente a formação de oficiais, a introdução de tecnologias avançadas no combate ao tráfico e a aquisição de novos recursos para as forças policiais em geral. Estes elementos evidenciam a articulação entre a agenda de cooperação internacional e esquemas de financiamento que dão prioridade a assuntos como a segurança, o tráfico e as migrações irregulares, e a implementação local de abordagens repressivas de combate ao crime em Cabo Verde.

Além disso, numa situação de crescente polarização de classes na sociedade Cabo-verdiana, estas políticas locais tendem a focar-se nas camadas mais pobres da população, desconsiderando a implementação de medidas sociais e preventivas. Uma análise das políticas adoptadas recentemente em Cabo Verde sugere a passagem do "Estado Providência" para o "Estado penal": liberalismo económico, deterioração do Estado social, e consolidação e glorificação do Estado penal. Trata-se de um cenário que parece ilustrar os argumentos de Loïc Wacquant sobre a criminalização global da pobreza. Adicionalmente, o facto de as forças policiais em causa serem apoiadas e financiadas

pela União Europeia e organizações internacionais dedicadas à manutenção da segurança nas suas fronteiras e países coloca importantes questões para éticas, chamando a atenção para a necessidade de analisar criticamente as políticas internacionais na área da segurança.

Referência

World Prison Population List, 2008, http://www.kcl.ac.uk/depsta/law/research/icps/downloads/wppi-8th_41.pdf

Lorenzo Bordonaro

lorenzo.bordonaro@iscte.pt

Lorenzo Bordonaro é pós-doutorando no Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), em Lisboa. Tem conduzido pesquisas na Guiné-Bissau desde 1993, nomeadamente sobre as questões da juventude marginalizada e desenvolvimento. Actualmente, trabalha sobre crianças e jovens em risco e políticas sociais em Cabo Verde.

Estudos sobre a P@X

Armas leves: um problema da Guiné-Bissau?

Apesar da escassez de dados disponíveis, as referências à proliferação de armas de pequeno porte e armas leves (SALW, na sigla inglesa) na Guiné-Bissau continuam a aparecer numa variedade de documentos de diversas agências internacionais e académicas e, a questão das SALW é recorrente em debates em relação à paz e segurança na Guiné-Bissau. A dimensão do problema e o seu impacto parecem, no entanto, relativamente desconhecidos. Rachel Stohl, por exemplo, previu que cerca de 25.000 armas de fogo estivessem em circulação na Guiné-Bissau em 2004 (Stohl, 2004); em Outubro de 2007, o então Primeiro-Ministro punha esta quantia em 125.000; um relatório da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estimou que uma em cada duas casas no país estaria armada (Panapress, 2007) e, recentemente, em Maio de 2009 uma outra fonte coloca a quantidade de SALW em 650.000 (IrinNews, 2009).

No entanto, indicadores da proliferação de SALW, tais como os níveis de violência armada são, relativamente baixos na Guiné-Bissau. A capital, Bissau, é aparentemente calma e tranquila; o Departamento de Estado dos Estados Unidos (2009) refere-se à Guiné-Bissau como sendo um país relativamente pacífico com baixos níveis de criminalidade e as tensões políticas não levaram, até agora, à renovação da violência armada. No entanto, a geografia e a história do país têm sido propícias à proliferação generalizada de SALW, em vez da gestão adequada das armas de fogo, e a questão continua a ser motivo de preocupação a nível nacional, regional e internacional.

A Guiné-Bissau faz parte de uma sub-região fortemente armada: há cerca de oito milhões de armas de fogo em circulação só na África Ocidental, sendo que 77.000 destas estão nas mãos de grupos insurgentes (Stohl, 2004). Não é de admirar então que todos os países desta sub-região tenham tido episódios de violência armada, onde as SALW desempenharam um papel central.

De acordo com um relatório do Instituto das Nações Unidas para a Investigação sobre o Desarmamento (UNIDIR) de 2008, a África Ocidental foi uma das sub-regiões mais instáveis de SALW. O UNIDIR estima que o impacto

da proliferação sobre o desenvolvimento socioeconómico da sub-região pode superar, em muito, o da pandemia de HIV / AIDS (Keili, 2008).

O Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) iniciou em 1961 uma feroz guerra de guerrilha contra o colonialismo. As primeiras armas utilizadas pelo PAIGC tinham sido capturadas às tropas portuguesas ou tinham chegado em pequenos abastecimentos da China, mas logo o movimento começou a receber armas de fogo do Bloco de Leste (Chabal, 2002: 78). A contratação e a consequente proliferação de SALW permitiram ao PAIGC sustentar quase 20 anos de guerra pela independência. A participação popular nas unidades de guerrilha, a dispersão em pequenos grupos, e, por vezes, isolados, grupos armados, a incapacidade de manter contacto regular com o Comando Central (geralmente posicionado num país vizinho), e a necessidade de apoio civil - todas as características das guerras populares - não são as condições mais favoráveis a um controlo adequado das armas de fogo. Não houve também qualquer iniciativa de desarmamento significativo na Guiné-Bissau, ao mesmo tempo ou desde a independência. Apesar dos indicadores parecerem sugerir uma fraca proliferação das armas, é provável que esta seja de natureza subtil e mais uma suspeita do que a realidade conhecida.

Actualmente, a Guiné-Bissau parece ser um país permanentemente à beira do colapso, com pouco respeito pelo primado da lei e pelas instituições democráticas. Dados os acontecimentos passados e o seu contexto, seriam esperadas explosões de violência armada, fosse ela de natureza política ou na forma de saques e motins em tempos de grande instabilidade, e altos níveis de criminalidade armada. Seria de esperar a descoberta de esconderijos de armas à medida que as actividades económicas se desenvolvem e o território fica livre. Nada disso parece estar a acontecer na Guiné-Bissau mas, recentes e menos óbvios indicadores podem estar a surgir no país.

De acordo com visitantes recentes à Guiné-Bissau entrevistados para este artigo em

**Estudos sobre a
P@X**

Novembro de 2008, o número de empresas de segurança privadas que operam em Bissau parece ter aumentado nos últimos anos (a procura para eles parece ser motivada pelos proprietários de pequenas lojas) e actualmente não é incomum ouvir disparos de armas de fogo perto de instalações de entretenimento, em Bissau, particularmente durante os fins-de-semana.



Armas e partes de armas e munições recolhidas por programas de desarmamento em África

As armas de fogo geralmente usadas em incidentes armados em Bissau seriam, normalmente, feitas em casa, mas por vezes seriam usadas AK47 também. A percepção era a de que estas AK47 eram sobras de guerras anteriores, tanto no país como na região, e propriedade de pessoas ligadas à elite militar. De acordo com os visitantes, há também uma percepção crescente de que ainda existem vários esconderijos de armas da guerra pela independência e do conflito de 1998.

A escala de incidentes armados como os confrontos de fim-de-semana referidos acima podem ser menores, mas também parecem ser tão recorrentes quanto valha a pena mencionar. Também parecem ser um fenómeno relativamente novo na Guiné-Bissau; se fossem normais não seriam mencionados. E pode haver ainda mais indicadores de proliferação de SALW e mais elusivos.

O Núcleo de Estudos para a Paz da Universidade de Coimbra está a realizar um estudo comparativo da violência armada em Bissau e na Cidade da Praia, em Cabo Verde [1]. Dos 16 inquiridos, 12 admitiram ter armas de fogo em suas casas. A partir destes doze entrevistados, quatro eram mulheres,

um declarou ter entregado a sua arma à polícia e outro admitiu ter ameaçado a sua namorada com arma de fogo. As pessoas são, geralmente, relutantes em admitir a presença de armas de fogo nas suas casas ou comunidades, muito menos se as utilizaram.

O facto de que muitos entrevistados desta pequena amostra o fizeram, foi muito surpreendente e se de facto é representativa da restante da amostra, pode também sugerir uma grande proliferação de SALW e uma quase “normalidade” em matéria de proliferação de armas de fogo e da sua propriedade. Ou seja, talvez as pessoas não carreguem armas de fogo por aí, mas parecem tê-las.

Assumindo que a proliferação de SALW é tão generalizada e grave como se suspeita, o que então pode ajudar a explicar a baixa incidência de política criminal e da violência armada na Guiné-Bissau? A resposta a isto exige pesquisa exaustiva, mas permitindo alguma margem para especulação informada, algumas destas hipóteses (de pesquisa) podem ser colocadas adiante. Num ambiente de pobreza, as armas de fogo representam muitas vezes um recurso que pode ser vendido ou alugado acontecendo o mesmo com informações sobre esconderijos de armas. Dada a instabilidade regional, pode ser que as SALW da Guiné-Bissau estejam a ser utilizadas em conflitos em curso na sub-região, como documentado já por algumas agências (Royal Institute of International Affairs, 2004; USAID, 2006). Isto pode ajudar a explicar o porquê dos esconderijos de armas não estarem a ser desmontados na Guiné-Bissau e porque é que as campanhas de desarmamento têm obtido resultados tão sombrios [2].

O baixo nível de criminalidade armada também pode estar relacionado com o tipo predominante de crime na Guiné-Bissau, que parece ser pequenos furtos. Este tipo de crime é raramente violento e raramente recorre ao uso de armas de fogo. Em ambientes de pobreza generalizada, como na Guiné-Bissau, a natureza dos bens

Estudos sobre a P@X

Estudos sobre a P@X

roubados é tal que as pessoas raramente relatam o incidente à polícia. Especialmente quando a esquadra de polícia mais próxima fica a um par de horas a pé do local de residência. Mas mesmo que as pessoas relatem o crime, a polícia pode não ter os recursos ou a capacidade para levar o assunto adiante.

A incapacidade da polícia em solucionar o problema da segurança da população não dissipa a percepção de insegurança e pode prejudicar as campanhas de desarmamento voluntário. A ligação entre as percepções sobre o desempenho da polícia e do desarmamento tem sido documentada em vários estudos: as comunidades com as percepções negativas do desempenho da polícia parecem ser menos propensas a entregar voluntariamente suas armas.

Mas, a outro nível, esta incapacidade da polícia pode alienar os civis de instituições de segurança e não contribui para a melhoria das relações civis com as instituições de segurança, particularmente em contextos de pós-conflito.

Outro tema de investigação a respeito dos baixos níveis de criminalidade armada na Guiné-Bissau, e o qual pode ser fundamental para as campanhas de desarmamento, pode ser o desempenho da polícia. As armas de fogo são, tradicionalmente, usadas em operações de grande criminalidade, tais como assaltos a bancos e a dinheiro em trânsito, roubo de gado e operações de contrabando. A Guiné-Bissau é conhecida através de rumores como sendo um centro de tráfico de droga entre a América Latina e a Europa, onde os traficantes parecem ter laços estreitos com as instituições de segurança (Amnistia Internacional, 2008). Estas ligações às instituições de segurança asseguram, através da cooperação ou da corrupção, que as operações de contrabando correm suavemente e sem serem notadas, pode impedir o uso de armas de fogo a curto prazo, mas essa associação vai certamente ter consequências graves a longo prazo.

Da forma como as coisas parecem ser actualmente é pouco provável que o cidadão médio guineense tenha conhecimento das actividades criminais em curso,

mesmo estando cientes da impunidade com que tais actividades ocorrem. Isto é, as pessoas podem falar sobre os carregamentos de droga, mas vão ouvir poucos ecos acerca dessas mesmas actividades, pois elas parecem ocorrer discretamente e com a complacência das autoridades.



Arma obsoleta em bairro de Bissau, 2008

O aumento generalizado de pequenos frutos em conjunto com a impunidade com que os crimes graves parecem ocorrer apenas serve para desacreditar ainda mais o papel das instituições de segurança. Mas pior ainda, um aumento da violência armada poderia muito bem ser o resultado mais provável de uma eventual reforma do sector de segurança e/ou de tentativas de melhorar o desempenho da polícia.

Duvida-se que os traficantes de droga se iriam soltar das suas actividades, rotas, associados e redes, pelo contrário, eles parecem mais propensos a recorrer a qualquer meio para proteger as suas operações, incluindo o confronto armado com as forças de segurança [3]. As comunidades que até agora ainda não foram atingidas pelo crime podem agora ser confrontadas com crescentes níveis de violência criminal, o que pode reforçar as suas percepções já negativas sobre a segurança.

Apesar da falta de dados sobre questões de segurança, a percepção na Guiné-Bissau parece relacionar a violência política com as tensões existentes entre os políticos e os militares, agravadas por rivalidades étnicas entre os militares. Na configuração étnica da Guiné-Bissau nenhum dos grupos é claramente dominante. Assumindo que os diferentes

Estudos sobre a P@X

grupos étnicos têm igual acesso aos recursos, incluindo armas de fogo, a probabilidade de violência armada generalizada renovada parece menos provável, mesmo diante de tensões políticas - é duvidoso que possa haver um vencedor claro no final do conflito.

Talvez este equilíbrio precário em que nenhum dos grupos étnicos é dominante, em termos de demografia e recursos, possa ajudar a explicar a volatilidade da política guineense e a ausência de novos conflitos. No entanto, se um dos grupos étnicos for capaz de ter acesso aos recursos para excluir os outros grupos e, portanto, capaz de adquirir armas e soldados, a renovação do conflito pode tornar-se uma opção viável para esse grupo.

A proliferação de SALW na Guiné-Bissau parece carregar o potencial para comprometer seriamente a consolidação da paz e há uma necessidade urgente de uma política de investigação neste domínio. Este artigo tem demonstrado, através de algumas hipóteses, a forma como as SALW interagem com outras questões de segurança e com os diferentes domínios da vida social e política. A presença de SALW pode comprometer seriamente qualquer esforço de reforma no sector de segurança, incluindo a gestão das armas e programas de desarmamento, e não deve ser dissociada de outras preocupações de segurança. Não fazer isso, pode pôr em sério risco a credibilidade das instituições de segurança e, em último caso, de qualquer governo da Guiné-Bissau.

Notas

[1] Intitulado “Trajectórias de disseminação e contenção da violência: um estudo comparativo entre Bissau e Praia”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

[2] Ver relatórios da Oxfam-Ceci (2007) e do UN Regional Centre for Peace and Disarmament in Africa (2000).

[3] Por exemplo, as guerras da droga no México.

Referências

Stohl, Rachel (2004), “The Legacy of Illicit Small Arms: Devastation in West Africa”, Maio,

<http://www.cdi.org/friendlyversion/printversion.cfm?documentID=2225>

Keili, Francis Langumba, “Small arms and light weapons transfer in West Africa: a stock-taking”, <http://www.unidir.ch/pdf/articles/pdf-art2832.pdf>

Chabal, Patrick (2002), *Amílcar Cabral, Revolutionary Leadership and People’s War*, C Hurst & Co.

The Royal Institute of International Affairs (2004), “Senegal: Mouvement des Forces Démocratiques de la Casamance (MFDC)”.

USAID (2006), “Evaluation of the USAID Peace-Building Program in Casamance and Sub-Region.

UN Regional Centre for Peace and Disarmament in Africa in co-operation with The Norwegian Institute of International Affairs and The Norwegian Initiative on Small Arms Transfers (2000), “The Making of a Moratorium on Light Weapons”, <http://www.prio.no/NISAT/Publications/-The-Making-of-a-Moratorium-on-Light-Weapons>

Oxfam-Ceci (2007), “Armas em Troca de Desenvolvimento: A Experiência do Programa Sub-Regional Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (Psr-Alpc), Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Senegal”, Outubro.

Amnesty International (2008), “The State Of The World’s Human Rights”.

Sites internet

<http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por009385&dte=04/10/2007>

<http://www.irinnews.org/report.aspx?ReportID=84518>

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/print/pu.html>

Ana Leão

Ana Leão é mestre em Estudos Africanos e especialista em questões de políticas pós-guerra, desarmamento e segurança humana.

No sotão do NEP

PublicaçõesNEP

Freire, Maria Raquel e Simão, Lúcia (2009), “ENP and Post-Soviet Transition in the South-Caucasus: Triangulating Democracy, Security and Stability”, in Kathrin Brockmann e David Bosold (eds.), *Democratization and Security in Central and Eastern Europe and the Post-Soviet States*, Berlim: German Council on Foreign Relations (DGAP).

Freire, Maria Raquel (2009), “The EU and Russia: Forging a Strategic Partnership?”, in Roger Kanet (ed.), *A Resurgent Russia and the West: The European Union, NATO and Beyond*, Dordrecht: Republic of Letters.

Freire, Maria Raquel (2009), “The OSCE in the New Central Asia”, in Emilian Kavalski (ed.), *The New Central Asia: The Regional Impact of International Actors*, London: World Scientific Publishing Company.

Freire, Maria Raquel (2009), “A política externa em transição: o caso da Federação Russa”, *Relações Internacionais*, Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), n.23.

Freire, Maria Raquel; Lopes, Paula Duarte e Nascimento, Daniela (2009), “A Securitização de Políticas Ambientais: O Caso do Darfur”, *Nação e Defesa*, n.123, 203-219.

Freire, Maria Raquel (2009), “Russian Politics toward Central Asia: Supporting, Balancing, Coercing or Imposing?”, *Asian Perspective*, vol.33, n.2, 125-149.

Freire, Maria Raquel (2009), “(Des)securitizing Policies and Practices: EU-Russia Relations and the ‘War on Terrorism’ – Building or Closing Borders?”, *Oficina do CES*, 329, Outubro.

Moura, Tatiana; Santos, Rita (2009), “Transformar o luto em luta: sobreviventes da violência armada”, *Revista da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público Brasileiro*, Nº 3, 207-237.

Roque, Sílvia; Negrão, Sara (2009), *Mulheres e violências. Combater a violência: propostas para a Guiné-Bissau*, Lisboa: IMVF.

DEZEMBRO

No âmbito do projecto de investigação “Trajectórias de Disseminação e Contenção da Violência: um estudo comparativo entre Bissau e Praia”, o **NEP/CES** organizou:

- uma sessão de formação sobre “**Trajectórias das violências e as respostas dos jovens**”, destinada a associações de jovens com trabalho nas áreas da prevenção e combate da violência, INEP, Bissau, 2-5 de Dezembro de 2009.
- o seminário “**Jovens e violência: condições e respostas**”, INEP, Bissau, 7 de Dezembro de 2009.
- o seminário “**Trajectórias da Violência: uma análise a partir das experiências dos jovens**”, CES Lisboa, Picoas Plaza, Lisboa, 17 de Dezembro de 2009.

NEP/CES organizou o seminário “**A Post-Liberal Peace: Infrapolitics, Hybridity, and a Pedagogy of Peacebuilding**”, de Oliver Richmond, Universidade de St. Andrews, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 14 de Dezembro de 2009.

NOVEMBRO

No âmbito da Semana da Ciência e Tecnologia 2009, o **NEP/OGIVA** exibiu o filme “**Luto como Mãe**”, ao qual se seguiu um debate com investigadores do NEP/OGIVA, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 27 de Novembro de 2009.

NEP/OGiVA apresentou o documentário “**Luto como Mãe**” na 3ª Mostra Internacional de Cinema Internacional em Língua Portuguesa, Teatro da Cerca de São Bernardo, Coimbra, 8 de Novembro de 2009.

NEP/CES organizou a reunião “**Mapping current research on European peace operations**”, no âmbito da Acção COST IS0805, “New Challenges of Peacekeeping and the European Union’s Role in Multilateral Crisis Management”, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 5 a 7 de Novembro de 2009.

No âmbito do programa de doutoramento em Relações Internacionais “Política Internacional e Resolução de Conflitos”, o **NEP/CES** organizou o seminário “**Critical Perspectives on Peacebuilding**”, de Michael Pugh, Universidade de Bradford (UK), Department of Peace Studies, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 6 de Novembro de 2009.

OUTUBRO

No âmbito do Ciclo de Conferências: Pena de Morte – Testemunho de um inocente, promovido pela Amnistia Internacional-Secção Portuguesa, o **NEP/CES** e AI organizaram a palestra “**Pena de Morte: o testemunho de Joaquin José Martinez**”, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 15 de Outubro de 2009.

ActividadesNEP**SETEMBRO**

No âmbito do programa de doutoramento em Relações Internacionais “Política Internacional e Resolução de Conflitos”, o **NEP/CES** organizou o seminário “**The Politics of Peace and Resistance in the Everyday**”, Oliver P. Richmond, Universidade de St. Andrews, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 18 de Setembro de 2009.

NEP/OGiVA organizou o Curso de Verão “**O sexo das violências**”, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, de 9 a 12 de Setembro de 2009.

